

35 Aquífero Guarani – PEA e atualização sobre o Sistema de Informações desse aquífero,
36 onde a representante do estado é a sra. Lilian Apoitia, sendo acompanhada pelo
37 Secretário Executivo na mesma no dia 02. Colocou ainda que ficou definido pelos grupos
38 de trabalho que as áreas prioritárias para a implantação de projetos serão nos estados do
39 Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Foi questionado na reunião ainda se hoje o
40 projeto é conduzido pelos órgãos gestores das águas subterrâneas, o que foi confirmado,
41 sendo questionado se o Mato Grosso do Sul aceitaria dirigir o mesmo, ao que os
42 representantes ficara de se posicionar posteriormente. Dando continuidade aos informes,
43 convidou os conselheiros para o I Ciclo de Palestras no Dia Mundial da Água que ocorrerá
44 no dia 22 de março, no Auditório Pantanal na SEMA, no período matutino, ponderando
45 que esse ciclo de palestra é uma parceria da Superintendência de Recursos Hídricos com
46 a Superintendência de Monitoramento de Indicadores Ambientais da SEMA e destacando
47 que no mesmo serão lançados os relatórios de monitoramento. O Sr. Sergio de
48 Figueiredo, Gerente de Laboratório e Ensaios, complementou que estes são os primeiros
49 relatórios que incluem todas as UPGs do Estado, sendo já produzidos com dados da
50 Rede Básica de Monitoramento instituída pela Resolução nº 16 de 13 de março de 2008
51 por este Conselho, ponderando ainda que a SURH irá apresentar uma palestra sobre a
52 água subterrânea no Estado, sendo assim apresentado no Dia Mundial da Água um
53 panorama completo da situação atual das águas no nosso Estado. O Secretário Executivo
54 colocou que uma equipe da SEMA, com membros da SURH e da SMIA esta em campo
55 plotando os pontos onde serão instaladas as estações de monitoramento quantitativos
56 pois as mesmas serão instaladas no período seco.. O conselheiro Décio Siebert colocou
57 que o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sepotuba realizará também no dia 22 de
58 março ações em Tangará da Serra na praça da Igreja visando marcar esta data e chamar
59 a atenção da população quanto a importância deste recurso, inclusive com cartazes
60 vendendo um copo de água por cinquenta reais e ações com os estudantes de biologia da
61 UNEMAT. Dando continuidade a pauta, o Secretário Executivo passou a palavra para a
62 conselheira Daniela Maiomoni para que a mesma fizesse a apresentação sobre a ISO
63 17.025, que trata da certificação de laboratórios. A conselheira Daniela Maimoni iniciou se
64 apresentando, informando que é bióloga e que possui um laboratório de análise de água,
65 e destacando que apresentaria a ISO 17.025 apenas superficialmente, pois a mesma e
66 extremamente técnica e a intenção é se dar uma idéia geral da mesma para que o
67 CEHIDRO possa se manifestar a respeito da mesma. Colocou aos conselheiros que a
68 ISO 17.025 não e uma certificação e sim uma acreditação e desta forma os laudos dos

69 laboratórios que a possuem não são passíveis de contestação. Deu continuidade
70 apresentando a aplicabilidade da norma e destacando que dentro da mesma já se
71 encontra embutida a ISO 9.001, pois esta é a parte que garante que as análises foram
72 feitas. A conselheira Alessandra Panizi questionou se a ISO 9.001 já não define todos os
73 procedimentos, sendo respondida pela conselheira Daniela Maimoni que a mesma define
74 os procedimentos mas no caso dos laboratórios isso não define que as análises terão
75 validade porque diversos fatores influenciam, destacando que ela garante o processo,
76 mas não os resultados. O Sr. Sergio Figueiredo complementou que a ISO 9.001 garante o
77 procedimento a ser seguido, mas não se os equipamentos estão calibrados, a variação de
78 volumes, entre outras coisas, sendo complementado pela conselheira Telma Monteiro que
79 a ISO 9.001 comprova documentalmente que a análise ocorreu. A conselheira Daniela
80 Maimoni continuou apresentando os requisitos gerenciais e técnicos da norma,
81 destacando que os requisitos gerenciais se referem a ISO 9.001 e os técnicos a ISO
82 17.025 em si. Encerrou colocando aos conselheiros que a implementação da ISO 17.025
83 representa a confiabilidade dos laboratórios e que é importante se implementar a
84 obrigatoriedade da mesma porque seria um avanço para o Estado. O Secretario
85 Executivo questionou de onde deve partir a exigência desta ISO, sendo respondido pela
86 conselheira Daniela Maimoni que isto deve ser feito pelo governo. A conselheira Telma
87 Monteiro lembrou aos conselheiros que em reunião anterior do CEHIDRO se instituiu um
88 Grupo de Trabalho para tratar deste assunto e que o Presidente do CEHIDRO
89 demonstrou interesse em acreditar o Laboratório da SEMA e em fazer uma normatização.
90 A conselheira Vera Lopes colocou que a Portaria nº 518 do Ministério da Saúde já
91 contempla algumas das exigências da ISO 17.025, destacando que a mesma esta para
92 ser publicada. O Sr. Sergio Figueiredo colocou que o laboratório da SEMA desde 2004 já
93 vem participando de cursos relacionados a implementação da ISO 17.025 e há três anos
94 estão buscando contratar uma consultoria, necessária para se implementar a ISO 17.025,
95 o que foi conseguido no ano passado, encontrando-se o laboratório da SEMA então em
96 fase inicial de acreditação. Ponderou ainda que é importante que se tenha esta exigência
97 de implementação da ISO 17.025 para que se tenha confiabilidade nos dados
98 provenientes de outros laboratórios, como nos apresentados no auto-monitoramento,
99 complementando que foi levantada a hipótese da sema verificar a confiabilidade das
100 mesmas, o que não é viável, sendo a acreditação a melhor alternativa. Complementou
101 ainda que no Estado de São Paulo, onde se tem essa obrigatoriedade, a maioria dos
102 laboratórios já possuía a ISO 17.025 e que a própria CETESB possuía, sendo necessário

103 se dar uma maior prazo de adequação dos laboratórios e se acreditar o laboratório da
104 SEMA antes de exigir. Colocou ainda que os laboratórios públicos tem características
105 distintas dos privados, uma vez que é necessário se passar pelo processo de licitação,
106 sendo que os laboratórios públicos que possuem a ISO 17.025 são fundações, tendo
107 maior liberdade financeira, ou as partes críticas do processo, que exigem maior
108 especificidade de material, são obtidas através de projetos. A conselheira Daniela
109 Maiomoni colocou que os laboratórios privados também têm dificuldades e destacou que
110 é necessário juntar esforços para que funcione, sendo complementada pelo Sr. Sergio
111 Figueiredo que a acreditação irá se tornar obrigatória de qualquer forma e um
112 posicionamento do CEHIDRO nesse sentido demonstra interesse do Estado na gestão
113 hídrica como um todo. O Secretario Executivo colocou que a acreditação é uma forma de
114 se garantir que os resultados apresentados nos laudos são reais e complementou a fala
115 do Sr. Sergio de Figueiredo colocando que a SAD esta para passar para os órgãos de
116 origem as licitações mais específica, o que facilitaria a obtenção do material. O Secretario
117 Executivo sugeriu que a Secretaria Executiva elaborasse uma moção para a SEMA
118 solicitando a priorização da acreditação do Laboratório da SEMA, sendo complementado
119 pela conselheira Vera Lopes que os considerandos da apresentação da conselheira
120 Daniela Maiomoni devem ser aproveitados na elaboração desta moção. O Conselheiro
121 Fernando Shirashi colocou que se deve exigir também a calibração dos molinetes para a
122 quantificação da água, integrando desta forma quantidade com qualidade, ao que o Sr.
123 Sergio de Figueiredo colocou que a acreditação do laboratório passa pela questão da
124 quantidade também. A conselheira Daniela Maiomoni sugeriu que fosse criado um
125 protocolo mínimo a ser seguido pelos laboratórios no Estado, ao que o Secretario
126 Executivo sugeriu que fosse feita a reativação do Grupo de Trabalho, o que foi aprovado e
127 a reunião marcada para o dia 25 de abril as 14h na sala do CEHIDRO na SEMA. A
128 Secretaria do CEHIDRO colocou aos conselheiros que os integrantes do Grupo de
129 Trabalho são a SICME, ARPCA, SES, UFMT, SEMA e SANECAP, questionando se
130 seriam mantidos estes membros o que foi aprovado pelos conselheiros. A conselheira
131 Alessandra Panizi ponderou que a ISO 17.025 é de adesão voluntária, podendo ser
132 tornada obrigatória, porém para não se exigir o que a SEMA ainda não possui uma opção
133 é de se exigir no roteiro de licenciamento que os laboratórios apresentem laudos com
134 essa certificação. O Secretario Executivo colocou que este tipo de discussão deve ser feito
135 no Grupo de Trabalho e que é necessário dar continuidade à pauta. Colocou em seguida
136 em apreciação a Minuta de Alteração da 6.945/97, sendo colocado pela Secretaria do

137 CEHIDRO que a proposta apresentada foi elaborada pela SURH, sendo discutida com os
138 Coordenadores e Gerentes buscando-se atualizar a lei, porém, ainda não foi
139 encaminhado para a Assessoria Jurídica para que o CEHIDRO possa opinar
140 tecnicamente primeiro. O Secretario Executivo colocou que todos receberam copia por e-
141 mail, tanto nesta reunião quanto na anterior e questionou se alguma alteração seria
142 sugerida. A conselheira Alessandra Panizi colocou que analisou a minuta apresentada e
143 questionou se a Secretaria Executiva não teria uma versão onde todas as alterações em
144 relação a lei atual fossem apresentadas, para facilitar a análise, ao que o Secretario
145 Executivo se comprometeu em verificar e enviar se tiver, ao que a conselheira Alessandra
146 Panizi sugeriu que se enviasse para a Assembléia Legislativa como proposta de nova lei
147 revogando a 6.945/97 e não como alteração, por alterar mais da metade do conteúdo da
148 mesma. Em seguida a conselheira Alessandra Panizi sugeriu que o art. 1º passasse a ter
149 a redação “Art. 1º A Política Estadual, o Gerenciamento e o Plano Estadual de Recursos
150 Hídricos de Mato Grosso reger-se-ão por esta lei e por normas estaduais e federais”, que
151 se incluísse no Art. 3º os princípios da 9.433/97 porém mantendo o parágrafo único como
152 esta. A sra. Ellen Pantoja sugeriu que no Art. 19 inciso III se substitua “Tipo de
153 consumo/Uso” por “Finalidade”. A conselheira Alessandra Panizi pediu que o Artigo 19 se
154 mantivesse em aberto, ao que o Secretario Executivo colocou que a intenção não é
155 concluir nesta reunião a discussão da minuta, uma vez que é um tema que merece maior
156 reflexão, podendo se voltar a este artigo a qualquer momento. O conselheiro Décio
157 Siebert colocou que o Rio Grande do Sul possui uma tabela de valores de quocientes a
158 serem aplicados na fórmula de cálculo da cobrança que pode esclarecer a questão e se
159 predispôs a disponibilizá-la. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu que fosse no Artigo
160 20 fosse colocada a possibilidade de se utilizar parte da arrecadação da cobrança para a
161 manutenção administrativa da mesma, como consta na 9.433/97, solicitando a Secretaria
162 Executiva que fosse verificado esse percentual na lei federal. A Conselheira Alessandra
163 Panizi colocou aos conselheiros que o CONSEMA hoje possui um problema em relação a
164 discussão dos autos de infração em Plenária, já que em virtude da grande quantidade de
165 recursos administrativos a reunião do mesmo acaba se reduzindo a isto e a discussão da
166 política ambiental acaba ficando em segundo plano, ponderando que no Art. 27, inciso VII
167 se coloca o CEHIDRO como ultima instancia administrativa, devendo-se ponderar se é
168 interessante que a discussão das multas venha para a Plenária ou não, destacando que
169 esta discussão pode ser feita na Comissão Julgadora de Recursos somente. A Secretaria
170 do CEHIDRO ponderou que esta alteração deve ser feita no Regimento Interno e não na

lei, mais especificamente no § 4º do Art. 32 deste. O conselheiro José Ferraz colocou que não é necessário se discutir isto no momento, ao que foi colocado pela conselheira Alessandra Panizi que se não se fizer esta alteração, uma vez que o Regimento já se encontra em vigor, os recursos encaminhados ao CEHIDRO até que seja feita esta alteração deverão ser levados à Plenária. A Secretaria do CEHIDRO sugeriu que fosse feita uma Resolução alterando o Regimento interno onde o § 4º do Art. 32 passaria a vigorar com a redação “§ 4º As decisões da Comissão Julgadora de Recursos será publicada no Diário Oficial do Estado na forma de Acórdão” e se revogasse o Inciso V do Art. 8º, o que foi aprovado pelos conselheiros presentes, ficando a cargo da Secretaria Executiva elaborar a mesma e encaminhar para a publicação de imediato. A conselheira Alessandra Panizi sugeriu em seguida que se dividisse o Inciso VII do Art. 27, uma vez que conflitos de uso não são necessariamente recursos administrativos, o que foi aprovado e ficando a cargo da Secretaria Executiva elaborar uma reação para esta separação. Devido ao adiantado da hora, o Secretário Executivo encerrou a discussão da minuta no Art. 28, ficando o restante para a próxima reunião ordinária, colocando em votação as alterações apresentadas o que foi aprovado pelos conselheiros presentes. A Conselheira Alessandra Panizi colocou que na parte das infrações não se tem a valoração das mesmas, sendo colocado pela Secretaria do CEHIDRO que esta parte não foi mexida devido à dúvidas se essa valoração deveria ser posta na lei ou ser regulamentada por decreto posterior, como acontece na lei de crimes ambientais, ao que a conselheira colocou que estudara a questão e irá apresentar sugestões, inclusive de valores, na próxima reunião. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 30min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

ALEXANDER TORRES MAIA
Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 18/03/2011.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*